



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS NAS SÉRIES INICIAIS**

MARINEIDE MARTINS DE OLIVEIRA FREITAS

ORIENTADORA: ESMERALDA FIGUEIRA QUEIROZ

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



MARINEIDE MARTINS DE OLIVEIRA FREITAS

INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS SÉRIES INICIAIS

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UnB - Pólo de Santa Maria., sob a orientação da Professora MSc Esmeralda Figueira Queiroz.

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

MARINEIDE MARTINS DE OLIVEIRA FREITAS

INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS SÉRIES INICIAIS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Msc. Esmeralda Figueira Queiroz (Orientador)

Msc. Helen Tatiana dos Santos Lima (Examinador)

BRASÍLIA/2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força que me concedeu para realizar este trabalho, diante de todas as dificuldades vividas por mim durante os estudos.

À minha família que é o meu porto seguro.

E a minha orientadora Esmeralda, pelo compromisso com o seu trabalho e dedicação a mim dispensada, orientando-me durante a execução deste trabalho com muita paciência.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas séries iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública do Distrito Federal. Para isso investigou os principais fatores deste processo como: a preparação dos professores e suas práticas pedagógicas, dentre elas destaca-se a adequação curricular. Fundamentou-se na teoria sociointeracionista de Vigotsky. A pesquisa empírica seguiu o modelo qualitativo e utilizou entrevista semi estruturada realizada com seis professoras. Concluiu-se que os professores promovem a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais por meio do aperfeiçoamento profissional e pela valorização da aprendizagem dos alunos, reconhecendo como possibilidade de provocar mudanças significativas na vida escolar desses sujeitos.

Palavras chave: inclusão, necessidade educacional especial, práticas pedagógicas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	09
2. OBJETIVOS.....	20
2.1. OBJETIVO GERAL.....	20
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
3. METODOLOGIA.....	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
6. REFERÊNCIAS.....	46
7. ANEXOS.....	48

APRESENTAÇÃO

A sociedade tem o direito de exigir que a educação seja um serviço público eficiente fundamentado em princípios que garantam a inclusão social de todos. No que se refere à inclusão educacional de alunos com necessidades educativas especiais, esta deve acontecer o mais cedo possível possibilitando o convívio social no meio escolar desde a pré-escola.

Este estudo focará a inclusão nas séries iniciais do ensino fundamental defendendo que este paradigma seja mais que compartilhar o mesmo espaço físico. Que não seja apenas uma forma mascarada de acessibilidade por meio de matrículas de alunos com déficit de aprendizagem e/ou outros comprometimentos nas salas do ensino regular. Mas, que represente um esforço conjunto de toda a comunidade educativa: direção e demais funcionários de apoio e servidores, professores das classes regulares e professores do atendimento especializado e família. Assim, teremos uma política educacional promovendo efetivamente um processo de inclusão.

A escolha do tema aqui abordado, inclusão nas séries iniciais, é baseada em vivências na instituição de ensino. Pretende-se explicitar as práticas do dia a dia de alguns colegas, as dificuldades encontradas para a realização dos trabalhos pedagógicos, e as perspectivas de aprendizagem de acordo com o currículo de educação básica, tendo a aprendizagem como eixo da educação, a inclusão como direito do aluno com necessidade educacional especial.

Apresentaremos um estudo associando a teoria à prática, para uma melhor compreensão do fazer, porque fazer, e como fazer didaticamente, buscando alternativas para construção do conhecimento. Procurando, dessa forma, investigar estratégias mediadoras no processo de ensino aprendizagem, assegurando ao aluno incluso nas séries iniciais a construção do saber.

Portanto, diante do exposto existe a necessidade de se discutir as condições de trabalho e formação dos professores, e se há realmente o

desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais. Essa problematização será o enfoque principal e objeto de estudo deste trabalho, trazendo também à reflexão daquilo que sobrepõe a eficácia dos trabalhos, isto é, as políticas educacionais, o envolvimento das famílias dando suporte ao professor, as adequações curriculares, e, se tais características atendem as potencialidades e as deficiências dos alunos.

Entender o aspecto histórico da inclusão educacional, identificando os seus pressupostos e, por conseguinte, as suas conseqüências, procedendo, para este fim, um estudo nas legislações que regulamentaram este processo, bem como verificando os princípios teóricos que regulam e limitam o atuar do educador, uma vez que o exercício de sua atribuição é que vai ser determinante ao êxito da inclusão.

Buscar através de estudos teóricos o entendimento do termo inclusão, e identificar os problemas relacionados ao ambiente escolar como cenário da inclusão, verificando, desta forma a aplicabilidade das técnicas e metodologias que influenciam no desenvolvimento cognitivo do educando no âmbito escolar, a atuação da família de forma positiva para o processo da aprendizagem do aluno.

Justifica-se, porém, a importância dessa investigação como uma possibilidade de propor meios que facilitam o trabalho e as condições de trabalho do professor. Trazer à tona a realidade e os desafios constantes do professor envolvido nesse processo, a formação continuada, tendo como foco a qualidade da educação para os alunos com necessidades educacionais especiais.

A escolha desse tema: "A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas séries iniciais", parte da verificação das dificuldades apresentadas por professoras que trabalham com alunos inclusos, estão relacionadas ao despreparo para atuar com turmas inclusivas.

A pesquisa será embasada na descrição qualitativa dos fatos e procedimentos dos profissionais envolvidos, tendo como pano de fundo os objetivos específicos. Com olhar investigativo das práticas de ensino aprendizagem, diante das condições do ambiente escolar, da atuação dos professores, das dificuldades de trabalho, da interação da família no processo, elencando aspectos negativos e positivos.

O processo de investigação da realidade, não ficará no campo da neutralidade, mas dependente diante da contextualização, com sugestões que contribuam para a realização de forma positiva e próxima do esperado para a consolidação de tal prática educativa - a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A abordagem deste trabalho será dentro pesquisa de campo por meio de entrevistas com professores que atuam em salas inclusivas. Porém a análise dos resultados será embasada através de fontes teóricas: documentos legais (LDB, Resolução n. 02/2001, declaração de Salamanca), e dos autores que compõem o referencial teórico.

I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O princípio do desenvolvimento humano se dá pela inter-relação do indivíduo com o seu meio, não anulando sua cultura, mas, de forma que, os diferentes contextos influenciarão para a consolidação.

Sabe-se que a sociedade perpassa por etapas que compõem seu desenvolvimento econômico, social, tecnológico e cultural, que rege cada momento do desenvolvimento humano. Reportando à história, o que se percebe são exemplos dessa evolução de acordo com o momento e a cultura, ou seja, o desenvolvimento humano é um ciclo que permeia toda a vida humana. De acordo com Kelman (2010), “o desenvolvimento humano é entendido, como um conjunto de processos que implicam em mudanças progressivas, tanto do ponto de vista biológico quanto ambiental, em constante interação”. Sendo assim, o desenvolvimento humano é interativo e dinâmico.

Kelman (2010), *apud* Piaget, descreve que o desenvolvimento humano passa por estágios “sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto, e operatório formal como fases das operações cognitivas e lingüísticas” (p. 4). Essas operações cognitivas são assim organizadas de acordo com a interação do indivíduo com a sua realidade.

E ainda de acordo com Kelman (2010), *apud* ASPESI, DESSEN & CHAGAS (2005), diz que os estágios referem-se a um conjunto de padrões comportamentais e habilidades características de uma determinada idade ou fase do ciclo da vida do indivíduo. Todas as afirmações teóricas referidas ao processo do desenvolvimento humano possibilitam inferências sobre os resultados por meio das experiências, a partir dos diferentes contextos vividos, refletidos, e aplicados posteriormente em outros meios. Deduz-se então, que o desenvolvimento humano é um ciclo constante.

Diante do exposto observa-se que são as interações sociais e culturais que provocam as transformações no desenvolvimento humano de acordo com

a subjetividade de cada indivíduo, portanto, deve-se refletir sobre os modelos impostos pela sociedade se estes se adéquam à realidade e contribuem para a formação ou conduzem à exclusão.

Tendo como foco o desenvolvimento humano esta pesquisa trará à discussão as possibilidades de desenvolvimento humano dos alunos com necessidades educacionais especiais dentro da escola.

As políticas educacionais asseguram a necessidade e obrigatoriedade da inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aula comum de acordo com suas particularidades.

A Resolução CNE/CEB n.02/2001, acentua esse compromisso com a educação especial, o artigo 2 diz:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

E, ainda, a Declaração de Salamanca (1994), um importante documento para as políticas públicas de Educação Especial, “solicitou, aos governos, que invistam mais esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos programas de treinamento de professores para a educação inclusiva”.

Diante da legalidade da inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas, inseriu-se também a real necessidade da preparação dos professores para atuar com esses alunos.

Prieto (2006), diz:

Compreender a inclusão escolar não é somente o acesso à escola, mas como conquista da educação como direito de todos, pressupõe assegurar maior investimento financeiro

nessa área e implementar uma política de contínua formação de professores, pela melhoria da qualidade de ensino.(pg 84).

Sem contrapor a legalidade, porém embasados em vivências, envolvimento de toda comunidade escolar, cabe a escola buscar meios que assegurem as necessidades dos alunos, dando continuidade ao seu desenvolvimento humano, e, assim, se efetive a função primeira da escola no processo maior que é a aprendizagem.

Os argumentos pelos quais a escola tradicional resiste à inclusão refletem a sua incapacidade de agir diante da complexidade dos diferentes modos e tempos de aprender, que é real nos seres e nos grupos humanos. Nesse sentido cabe a escola procurar meios para adequar a educação inclusiva dentro dos parâmetros e transformações da sociedade contemporânea.

Assim, nos diz Mantoan (2006):

Apesar das resistências, cresce a adesão de redes de ensino, de escolas e de professores, de pais e de instituições dedicados à inclusão de pessoas com deficiência, o que denota o efeito dessas novas experiências e, ao mesmo tempo, motiva questionamentos. (pg 15).

Portanto, as instituições escolares devem refletir sobre o processo e os princípios da inclusão e se fundamentarem, sem segregação, mas com olhar desafiador, com possibilidades de integração.

No entanto, existe a resistência de alguns professores em assumir o compromisso com alunos inclusos, o despreparo, a falta de atualização, de inovação de sua prática pedagógica, sem dá prioridade a um ensino de qualidade que atenda a todos os interesses dos alunos indistintamente. Não contrapondo o que assegura a LDB (96), a qual diz:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades. Professores com especialização adequada em

nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (artigo 59)

A finalidade da educação inclusiva vai além dos documentos legais, como na declaração universal dos direitos humanos, (apesar de ter sua base nesta) e eventuais reformas na educação. É preciso um conjunto de interesses firmados com os envolvidos nos procedimentos necessários sem distanciar do real conceito de inclusão.

Entender a educação inclusiva é perceber sua finalidade dentro dos princípios que dão sustentação ao desenvolvimento humano como diz Madeira-Coelho (2010), “As práticas pedagógicas devem se constituir através da subjetividade e se adequarem ao que acreditamos”. Portanto, a escola torna-se responsável em tornar o ambiente propício a atender às necessidades dos alunos na construção do seu desenvolvimento, de forma a assegurar-lhes o direito de permanência, excluindo as desigualdades e diferenças.

Conforme o que propõe a Resolução n. 02 de 11/09/2001:

a garantia do acesso continuado ao espaço comum de vida em uma sociedade orientada por relações de receptividade a diversidade humana e às diferenças individuais, em um esforço de equidade de oportunidades desenvolvimentais, em todas as dimensões da vida.

Sendo assim, a escola deve assegurar ao aluno com necessidades educacionais especiais não somente o seu acesso, mas a sua permanência e o prosseguimento nos estudos. Estimular aos professores a inovação à capacitação por meios de cursos e conduzirem os alunos ao conhecimento significativo não reproduzindo o ensino tradicional.

Prieto (2006), diz que:

As instituições escolares, ao reproduzirem constantemente o modelo tradicional, não têm demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças, nem de promover aprendizagens necessárias à vida em sociedade. (pg.33).

Ressaltando ainda o que diz a LDB (96), art.59, a capacitação dos professores para atuarem nas salas de aulas com alunos com necessidades educacionais especiais, não deve somente ser responsabilidade do professor, mas compromisso dos sistemas de ensino para a almejada qualidade de ensino proposto.

Percebe-se que existe uma insegurança para o pleno exercício dessa modalidade. Portanto há uma urgência na preparação dos professores, de forma a se sentirem aptos. Ainda a LDB (96) explicita no art.61 que:

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço.

Teoria e prática devem está em consonância com a relação do professor frente às necessidades dos alunos, com atitude positiva, tendendo ao preparo para tais diversidades. O desenvolvimento profissional dos professores de acordo com Marchesi (2004):

A formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas nas escolas. [...] Além disso, a formação tem uma estreita relação com sua atitude diante da diversidade dos alunos. [...] Essas considerações levam a afirmar que o modo mais seguro de melhorar as atitudes e expectativas dos professores é desenvolver seu conhecimento da diversidade dos alunos e suas habilidades para ensinar-lhes. (pg. 44).

As políticas públicas devem atentar para essa questão de formação dos professores, dentro da perspectiva da educação especial.

Prieto (2006) ressalta que o professor deve ter “O conhecimento dos domínios teóricos e práticos, pois é essencial para subsidiar a formulação de políticas para sua continuada formação pelos sistemas de ensino” (p.59).

Havendo esse diálogo da teoria com a prática o professor sentirá habilitado a analisar os diferentes tipos de aprendizagem e retroalimentar seu planejamento e assim chegar a um nível mais elevado de compreensão de ensino com mais qualidade E, ainda, como explicita a mesma autora acima citada:

os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos (p. 58).

Assim se faz uma escola realmente inclusiva com ensino de qualidade, professores reconhecendo suas fragilidades no processo, porém buscando meios que os ajustem às exigências do ensino inclusivo.

As abordagens quanto à aplicação dos conhecimentos pedagógicos em sala de aula se organizam em torno de um currículo, de um planejamento, transformando a teoria para a prática docente. Cabe ao professor seguir a compreensão das necessidades dos alunos de acordo com princípios. Madeira-Coelho (2010) lembra que “as ações práticas são constituídas de processos subjetivos e que dessa forma organizam, mas ao mesmo tempo, refletem nosso sistema de crença, valores, concepções”.

A partir do entendimento que o professor não deve dissociar a teoria da prática, mas procurar adequar sua prática pedagógica dentro daquilo que o aluno acredita e traz consigo e desenvolver atividades dentro do contexto de entendimento do aluno, isto é, “as práticas pedagógicas devem constituir por processos subjetivos”. Madeira-Coelho (2010), p.55. Prever-se então uma atitude por parte dos profissionais que atuam em salas especiais ou comuns inclusivas, frente a estas necessidades e não cair no conformismo e levar o ensino de forma leviana, procurando culpados.

O domínio e responsabilidade pertencem a todos, devem está inseridos no plano de ação da escola, não restringir a um plano de aula, a escola com a

posse dos conceitos sobre a inclusão, elabora as diretrizes dos planos de trabalhos para os alunos com necessidades especiais.

Prieto (2006) define essa responsabilidade da seguinte forma:

O planejamento e a implantação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re) definição dos papéis da educação especial e do *locus* do atendimento desse alunado. (pg.35).

Assim, toda a equipe envolvida facilita o trabalho e o desenvolvimento dos alunos, elaborando, planejando, definindo e redefinindo os princípios e as diretrizes, a partir dos conceitos e conhecimentos das necessidades e as possibilidades do local onde este aluno será atendido.

Partir do todo para as partes, chega-se na prática pedagógica do professor, buscando sempre meios de adequar o planejamento a novos conceitos e observações dos desempenhos. Prieto (2006), diz:

[...] os professores devem ser capazes de analisar os domínios dos conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem, bem como, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seu planejamento e aprimorar o atendimento dos alunos. (pg.58).

Considerar o que o aluno traz consigo, analisar que proveito benéfico à aprendizagem isso servirá, e traçar estratégias de adaptar os conhecimentos dos alunos as novas aprendizagens, sempre reavaliando os procedimentos de ensino e aprimorando, refazendo quando necessário.

Para que não ocorra a frustração dos professores no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, Coelho (2010) sugere recursos e estratégias que servem de apoio para a organização da prática pedagógica no contexto da educação inclusiva.

Identificar e localizar crianças que têm algum tipo de deficiência.

Avaliar suas necessidades educacionais e determinar quais programas podem ser de ajuda.

Descrever como serão os critérios pelos quais as crianças vão ser avaliadas, identificadas e referidas em função de um diagnóstico.

Ter atenção às características histórico-culturais da população a ser atendida.

Ter atenção aos aspectos preconceituosos dos usos lingüísticos cotidianos.

Proteger os direitos da criança deficiente e de seus pais garantindo esses direitos, por meio da confidencialidade de dados e o envolvimento familiar nos planejamentos e decisões educacionais.

Prover um sistema de desenvolvimento pessoal, que inclua programas de formação continuada para os professores, administradores e pessoal de suporte.

Desenvolver processos de ensino-aprendizagem e de avaliação mais individualizados, planejamentos que possam ser (re) construídos e que sejam resultados de um trabalho conjunto do professor regente, do professor de apoio, de profissionais da equipe diagnóstica e dos pais (p. 68).

Seguir esse roteiro fará com que a escola em todo seu contexto ganhe a parceria de todos, não desvinculando a prática da educação inclusiva do todo, responsabilizando uma minoria, porém todos sendo autores e co-autores do seu trabalho e os alunos tendo a compreensão do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento nos moldes de suas peculiaridades. E, assim as inseguranças e medos dos professores se dissolvam em meio ao apoio de todos, das ações coletivas, da organização para que o ensino e a aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais ganhem sentido.

Nessa perspectiva de educação inclusiva adentramos a mais uma reflexão do processo inclusivo em relação ao apoio da equipe gestora do estabelecimento de ensino, como facilitadora para o trabalho e desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais.

Rosa Blanco (2004), declara que:

Para melhorar a qualidade do ensino e assegurar a igualdade de oportunidades é preciso que cada escola reflita a respeito e planeje de forma conjunta a ação educacional mais adequada ao seu contexto. (pg. 291).

Assim, a equipe gestora com seu colegiado, propõem práticas que mediam a aprendizagem de acordo com as características e realidade de sua escola.

E, conforme as autoras supracitadas, essa experiência dentro da coletividade da comunidade escolar, é o passo para o êxito, pois faz parte do projeto da escola e não somente dos professores isoladamente.

Vê-se que o apoio do gestor é importante e necessário para que o processo de aprendizagem aconteça, de maneira que os professores não se sintam sozinhos e isolados no seu trabalho com os alunos que precisam de uma educação especial atendendo suas especificidades.

Escola inclusiva de qualidade, de acordo com a Declaração de Salamanca (1994), deve levar em conta fatores externos e internos que promovam essa qualidade. Pois a Declaração de Salamanca é clara quando diz que “o desenvolvimento de escola inclusiva requer articulação de uma política forte de inclusão com provisão financeira adequada, [...], e prover assistência adicional e apoio às crianças que assim o requeiram”. Sendo assim, cabe a escola articular meios para conduzir o processo nos moldes inclusivos, assegurando ao aluno com necessidade educacional especial sua permanência na mesma. Essa permanência advém dos fatores externos de apoio que a escola possa lhe proporcionar. Apoio de profissionais especializados. Prieto (2006) diz que: “Para que haja o acesso condicional de alunos com necessidades educacionais especiais à classe comum e nela os alunos se adaptem, deve haver organização administrativa e pedagógica” (p. 39). A organização envolve essas necessidades como primícias no desenvolvimento do aluno, recursos, materiais e equipamentos que subsidiem a prática do professor em sala de aula com o aluno. A Declaração de Salamanca também propõe que o apoio externo seja: “professor-consultor,

psicólogos escolares, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, etc., deveria ser coordenado em nível local”. Concretizando tais exigências em algo real e dentro das possibilidades, o resultado seria positivo e significativo na aprendizagem dos alunos dentro das expectativas propostas.

Nesse mesmo propósito de meios adequados à aprendizagem, a adaptação curricular entra também como suporte, às necessidades individuais do aluno. Pensando sob o olhar de Rosa Blanco (2004) a qual diz que em sentido amplo qualquer aluno pode requerer, em determinado momento, ajustes individuais do currículo comum. Pois isso faz parte do processo de construção de cada aluno. Isso demonstra que tal prática educativa é conveniente ao processo de aprendizagem “em caráter especial ou extraordinário”, isto é, durante toda a escolarização ou em algum momento dela. (ibidem).

Assegurar a implementação da adaptação curricular para atender as necessidades dos alunos inclusos dentro de suas especificidades, torna - se, portanto uma referência dentro do processo de ensino para a educação especial. As políticas educacionais também inserem em seus autos esta acessibilidade. A Resolução n. 02/2001, do Conselho Nacional de Educação, no item III do Art. 8 assim diz:

“Flexibilizações e adequações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógica da escola respeitada a freqüência obrigatória”.

E, ainda, a LDB (94), também afirma esse diferencial como apoio à aprendizagem do ano com necessidade educacional especial, quando diz no capítulo V Art. 59 item I, que: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades”.

Entende-se então, que é necessária e legal a adequação curricular e não dissociar o currículo da prática pedagógica, com ação intencional de proporcionar o benefício do aluno.

Pensar e fazer adaptações curriculares às necessidades dos alunos requer observâncias relevantes para que assumam sua eficácia. Deve ser dinâmico, isto é, ter mobilidade para que seja efetivo, e adequar dentro das particularidades, e se necessário ser modificado sempre que possível, de acordo com o ritmo de cada aluno. Como relato do documento Orientação Pedagógica – Educação Especial (2010) *apud* “Saberes e Práticas da Inclusão”, (MEC/SEESP, 2003, p. 79), o qual diz que os apoios podem ser considerados de acordo com sua intensidade:

Intermitente: episódico, nem sempre necessário, transitório e de pouca duração (exemplo: apoio em momentos de crise, em situações específicas de aprendizagem);

Limitado: por tempo determinado e com fim definido (exemplo: reforço pedagógico para algum conteúdo durante um semestre, desenvolvimento de programa de psicomotricidade etc);

Extensivo: regular, em ambientes definidos, sem tempo limitado (exemplo: atendimento na sala de recursos ou apoio psicopedagógico, atendimento itinerante)

Pervasivo: constante, com alta intensidade e longa duração (ou ao longo de toda vida), envolvendo equipes e muitos ambientes de atendimento.

Dessa forma entende que as adequações curriculares atende individualmente as necessidades dos alunos de acordo com as intensidades que forem necessárias, devendo está adequada também à instituição de ensino, seu projeto pedagógico e, ao trabalho do professor com o aluno em sala de aula, instrumentos, como também os profissionais envolvidos direto e indiretamente.

E, assim, assegurar o princípio da nossa Constituição Federal (1988), na qual diz que “o ensino de qualidade é um direito de todos”.

II- OBJETIVOS

2.1- OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais nas séries iniciais.

2.2-OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1- Conhecer as possíveis dificuldades dos professores em relação ao processo de ensino;

2- Verificar se a adequação curricular dos alunos com necessidades educacionais especiais contempla as suas necessidades;

3- Verificar aspectos positivos no ambiente escolar relacionados ao ensino e aprendizagem;

III- METODOLOGIA

Sendo a escola o local onde surgem as práticas educativas, e esta se organiza a partir de forças externas e internas, na formação de seu Projeto Político Pedagógico, e dentro deste o plano de ação e metodologias para efetivar suas propostas e o desenvolvimento da aprendizagem no educando. Cabe a escola buscar meios que possibilitem a efetivação de suas práticas educativas.

E de acordo com teóricos como Maciel (2010) a qual explicita a pesquisa científica de abordagem qualitativa, quando diz que:

a pesquisa qualitativa representa um processo permanente de produção de conhecimento, onde os resultados parciais se integram de forma permanente com novas interrogações e abrem caminhos à produção de conhecimento. (p. 82).

E nessa perspectiva de adquirir e produzir novos conhecimentos, a metodologia aplicada neste trabalho está voltada para uma pesquisa qualitativa que possibilita o entendimento da prática educativa, no processo da investigação da realidade, contextualizando e questionando as opiniões, de forma a contribuir para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Considerando o objetivo geral desta pesquisa passamos a caracterizar os seguintes elementos:

Local:

Escola da rede de ensino oficial do Distrito Federal. Centro de Ensino Fundamental, localizada na Região Administrativa de Santa Maria. Atende aos seguintes segmentos: séries iniciais, séries finais e Educação de Jovens e Adultos. Essa escola possui 24 (vinte e quatro) salas de aulas, sendo que duas delas são usadas para vídeo e laboratório de informática. Tem ao todo 96 (noventa e seis) professores regentes; 4 (quatro coordenadores); 2 (dois)

supervisores pedagógicos, 2 (dois) orientadores educacionais; 1 (uma) pedagoga ; 1 (um) secretário escolar; 2 (dois) assistentes administrativos e diretora e vice-diretor.

A delimitação desta pesquisa é com as séries iniciais, pois nestas existem 06 (seis) turmas com alunos com necessidades educacionais especiais.

Sujeitos:

São sujeitos desse estudo 06 (seis) professoras atuantes da referida escola. A escolha desses sujeitos deveu-se ao fato de serem regentes de turmas inclusivas de séries iniciais.

Os alunos das professoras regentes das turmas inclusivas dessa escola apresentam necessidades educacionais especiais como: Síndrome de Down, Deficiência Física, Deficiência Auditiva, Deficiência Intelectual.

Procedimentos de Construção de Dados:

Com finalidade de obter informações das professoras envolvidas no processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, de forma que se posicionem significativamente para o alcance dos objetivos desta pesquisa. A pesquisa foi feita por meio de instrumento previamente elaborado em forma de roteiro para entrevista.

As entrevistas foram feitas individualmente, em dias de coordenação dos professores e tiveram em média a duração de 1 hora e 15 minutos. Foram realizadas de forma descontraídas com todos os sujeitos. Apenas uma das professoras demonstrou indisposição devido a questões pessoais, o que nos levou a considerar como resultados para análise, apenas a participação de 5 professoras.

O objetivo da entrevista foi conhecer o processo de inclusão da escola citada por meio das vozes das professoras entrevistadas.

Seguindo o roteiro (em anexo) os entrevistados foram escrevendo suas respostas e ao mesmo tempo expressando oralmente algumas das respostas.

Após esta etapa deu-se início a análise interpretativa das informações construídas.

Os participantes foram denominados por: P1, P2, P3, P4, e P5.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações são interpretadas com base nos teóricos apresentados neste trabalho. Observa-se que são muitas as angústias das professoras que trabalham com alunos inclusos, porém, percebe-se que existe grande interesse por parte dessas professoras em desenvolver um trabalho realmente significativo para seus alunos. Para melhor entendimento e análise das informações obtidas, foram criadas categorias a partir do conteúdo das entrevistas com as professoras.

4.1- A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLA

O processo de ensino aprendizagem dentro da educação especial tem tomado rumos importantes para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, nas escolas comuns. Dessa forma, refletir como acontece a inclusão dentro do contexto escolar da instituição de ensino a qual esta pesquisa está direcionada, torna-se um dos pontos importante para que haja entendimento de como ocorre o processo dentro das expectativas de aprendizagem. Como já foi citado neste trabalho, é preciso um conjunto de interesses firmados com os envolvidos nos procedimentos necessários sem distanciar do real conceito de inclusão, não reproduzindo o modelo tradicional, mas se adequando aos novos desafios para assim acolher as diferenças, Prieto (2006).

Para saber a visão que as professoras dessa escola têm sobre inclusão foi feita a seguinte pergunta:

“O que você entende por escola inclusiva?”

Assim responderam:

P1

“Escola inclusiva é aquela que acolhe as diferenças respeitando o limite de cada indivíduo sem segregação”.

P2

“A que oferece a todos os alunos oportunidades de aprendizagem diversificadas, de modo a contemplar as particularidades e diferenças de cada um”

P3

“Seria bom se houvesse um preparo maior da família. Escola e professor, além da estrutura”.

P4

“Escola inclusiva é aquela que atende alunos com necessidades educacionais especiais em todos os aspectos”.

P5

“É uma escola adaptada para atender às necessidades dos alunos e voltada para uma educação verdadeiramente acessível”.

As professoras entendem o conceito de escola inclusiva. Porém, nas respostas dadas, deixam transparecer que o ambiente escolar não atende às particularidades da educação inclusiva, além de fatores que dificultam o processo, a capacitação das próprias professoras também é algo que causa bastante incômodo para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O despreparo da escola leva a resistência da adequação nos moldes da educação inclusiva que é o conhecimento para aplicá-lo, para que o aluno se sinta envolvido e não excluído por causa de sua diferença. A escola propõe ao aluno com necessidades educacionais especiais espaço propício para seu desenvolvimento dentro das diversidades de cada um, dando assim a garantia de continuidade do processo de aprendizagem à vida do aluno como ressalta a Resolução n. 02/2001.

As professoras entrevistadas foram claras em suas respostas quando elencaram o que é escola inclusiva: acolhe as diferenças; aprendizagens

diversificadas que contempla as particularidades; estrutura (espaço físico); sem segregação. Isso demonstra que o contexto escolar deve estar em harmonia com o que se espera para uma educação de qualidade, e não distanciado em suas práticas pedagógicas, propor aquilo que é significativo para o aluno, dando vazão à subjetividade do aluno para que ele dê sentido à proposta de aprendizagem. Isto é, as práticas pedagógicas devem se constituir através daquilo que possibilita significados para o aluno, Madeira-Coelho (2010).

Assim a escola assegurará ao aluno com necessidades educacionais especiais, oportunidades de desenvolvimento dentro de suas especificidades, permanência e prosseguimento nos estudos, sem discriminações, Mantoan (2006). É o esperado para o contexto escolar para uma educação de qualidade, tendo em vista ainda o que assegura o artigo 59 da LDB (96).

4.2- A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Atuar em salas inclusivas torna-se um grande desafio para o professor, requer preparo, através da teoria, para essa se juntar a prática, não tem como dissociar uma da outra. A responsabilidade do professor com o ensino de qualidade, como diz a LDB (96), não é somente um compromisso do professor, mas também dos sistemas de ensino, para o alcance da qualidade e os professores sentirem preparados.

A respeito da capacitação do professor, foi feita a pergunta as professoras entrevistadas:

“Professora você se considera preparada para trabalhar com a inclusão? Por quê?”

Responderam:

P1

“Não. Porque tenho grande dificuldade em trabalhar com alunos especiais, por isso estou buscando formação específica para desenvolver meu trabalho”.

P2

“Acredito ter feito uma ótima formação inicial, o que me proporciona maior segurança e confiança na inclusão. Mas a preparação vem com cada desafio que cada aluno proporciona. Assim, estou em preparação para a inclusão”.

P3

“Não, pois a minha iniciativa é que me ajuda”.

P4

“Não, pois preciso estudar mais sobre as diversas especialidades e tenho pouca experiência”.

P5

“Em parte. Pois não sei qual seria minha reação diante de outro tipo de necessidade especial que não seja o DA (deficiente auditivo).”

Percebe-se que nas respostas dadas existem dúvidas e insegurança para exercer o trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais, ainda é tímida a real necessidade do grupo em se preparar para o exercício dessa modalidade, a LDB (9) art.61, deixa claro que deve haver essa preparação de modo a atender os diferentes níveis de modalidades, e isso não é para um grupo isolado, mas para todos. A professora identificada como P3 chamou a atenção em sua resposta quando ela diz que não está preparada e é a iniciativa dela que a ajuda, é intrigante e instigante a resposta da professora.

Intrigante, pois leva a reflexão e questionamentos: Como? De que forma a professora toma iniciativa? Instigante, porque a curiosidade em saber das iniciativas da professora, quais eram essas iniciativas? Ela respondeu que a sua iniciativa é procurar ajuda com outros profissionais como: a equipe de apoio a aprendizagem, orientadores, coordenadores, isto é, dentro da própria escola, mais uma vez, instigou-se a pergunta sobre preparação teórica, conhecimento das diversidades, ou dentro daquela particularidade em que ela estava vivendo em sua prática pedagógica. Entende-se que ainda precisa de

maior motivação para tais iniciativas se consolidarem e atender ao que Marchesi (2004) deixa claro que: “a formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para as práticas positivas nas escolas” (p.44).

As políticas públicas devem proporcionar essa formação aos professores, para que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham atendimento mais qualificado em todo seu processo escolar. Sabe-se que o constante diálogo entre prática e teoria dará suporte ao professor para analisar as aprendizagens e assim retroalimentar seu planejamento.

Apesar da rede pública de ensino promover mesmo que de forma ainda tímida essa capacitação, tímida por causa do número de vagas que não atende ao número suficiente da procura, justificando ainda mais a resistência dos professores a não se capacitarem para essa modalidade, reafirma-se que é necessária a formação para a eficácia nas práticas pedagógicas.

Outras respostas interessantes foram das professoras denominadas nas categorias P1 e P2: A professora P1 diz que (“tem dificuldade em trabalhar com alunos especiais, mas está buscando formação específica para desenvolver seu trabalho”). Essa consciência das dificuldades e a procura por conhecimento e habilidades para trabalhar as diversidades dos alunos, é muito interessante num processo que ainda sofre com as resistências de muitos professores. A professora P2 também tem uma visão desafiadora diante das dificuldades quando diz: (“Acredito ter feito uma ótima formação inicial, o que me proporciona maior segurança e confiança na inclusão. Mas a preparação vem com cada desafio que cada aluno proporciona. Assim, estou em preparação para a inclusão”). A professora demonstra mais segurança e serenidade diante do seu trabalho com a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, tem conhecimento teórico para certa especialidade, porém não se prende somente aquilo que já conhece, segundo a professora são os desafios das particularidades dos seus alunos que a leva a procurar mais conhecimento e aplicá-los em sua prática pedagógica, ela diz: “estou em preparação”. Muito bem colocada essa resposta da professora, pois

a inclusão não tem receita pronta, é o compromisso dos envolvidos, o reconhecimento das fragilidades e o interesse de fazer a diferença diante das diferenças, e promover um ensino de qualidade, buscar meios que sustentam e ajustem às exigências do ensino inclusivo. Toda essa formação está calcada na afirmação de muitos teóricos como Prieto (2006), que diz que “o professor deve ter o conhecimento dos domínios teóricos e práticos, são essenciais para subsidiar a formulação de políticas para a formação continuada pelos sistemas de ensino” (p.59).

A formação do professor a partir do entendimento teórico pressupõe também interesse dos sistemas de ensino, não somente compromisso do professor, mas sua atitude em adquirir habilidades e conhecimento para seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais, ser subsidiado também pelo sistema de ensino.

4.3- PRÁTICA PEDAGÓGICA

As práticas pedagógicas das professoras desta instituição são planejadas dentro de plano de ação que contempla as diretrizes do projeto político pedagógico da escola, não de forma estático, porém com a mobilidade necessária para atender as particularidades de todos, para que possam alcançar as expectativas de aprendizagem proposta no currículo de educação básica para cada série. Existe um diálogo entre as professoras e a supervisão pedagógica e coordenação no sentido de flexibilidade das ações, deixando claro que a prática das professoras deve ser dentro dos objetivos propostos, porém adequando as diversidades de aprendizagens.

A escola ao traçar as metas para o plano de ação a qual é feita de maneira coletiva, onde todos expressam suas idéias, deixa claro que a prioridade é o aluno e seu desenvolvimento. Cabe ressaltar aqui o pensamento de Coelho (2010) quando ela diz que as práticas pedagógicas devem constitui por processos subjetivos, percebeu-se nas respostas das professoras que apesar das dificuldades, elas procuram valorizar o aluno e as suas vivências, trazendo para sala de aula aquilo que possa provocar significados para a

aprendizagem do aluno e, que ele passe do abstrato para o concreto. Para conhecer mais um pouco sobre as práticas pedagógicas das professoras, fez-se então a seguinte pergunta:

“Qual a maior dificuldade que você encontra para desenvolver o trabalho em sala inclusiva?”

Deram as seguintes respostas:

P1

“A minha limitação teórica e também de maior apoio da equipe psicopedagógica”.

P2

“Dificuldade para quaisquer salas de aula: Falta de ambiente destinado a educação da criança, com móveis menores, armários individuais, limpeza, banheiro na sala, parquinho (este reflete diretamente nas atividades de sala de aula, pois as crianças permanecem a maior parte do tempo), outra atividade que reflete diretamente em sala de aula é a carência da população por atividades culturais e lazer, pois assim remete à escola a função de promover essas atividades”.

P3

“É a família, a mesma não se interessa em querer o melhor, mas o que lhe é conveniente, a família deveria ser a primeira a levantar a auto-estima do aluno deficiente, mas o que acontece é o contrário”.

P4

“Geralmente os alunos especiais precisam de atenção individual e com a sala cheia fica difícil dá essa atenção necessária”.

P5

“O ritmo de aprendizagem dos alunos ditos normais é diferente dos alunos DA (deficientes auditivos).”

As respostas das professoras se inserem no contexto da educação especial da escola, percebe-se que as dificuldades enfrentadas vão além do fazer pedagógico de cada uma. Os problemas citados, como: a capacitação, apoio psicopedagógico, ambiente adequado, recursos materiais, falta de apoio da família, salas cheias, e as particularidades de aprendizagem de cada aluno, formam o conjunto de todas as dificuldades, e o processo do desenvolvimento fica aquém do esperado e do proclamado pela Constituição brasileira, o direito ao ensino de qualidade para todos indistintamente.

Essa pesquisa com as professoras despertou várias indagações sobre conceitos e práticas. O que é inclusão? Planejamento dentro do ambiente disponível? Capacitação? Vê-se então o porquê da resistência de alguns professores para trabalhar com a inclusão. Chamam a inclusão de inovações que ameaçam sua prática de anos a fio num mesmo patamar, as mudanças sugeridas implicam em desacomodar o já planejado. As circunstâncias em que trabalham fazem com que se intensifica a resistência, sem elevar o ensino e levar o aluno à aprendizagem dentro de suas possibilidades, nota-se que por mais organizado, estruturado, com todo o suporte necessário para o trabalho com a educação inclusiva, mesmo assim existem professores resistentes às mudanças. Porém para Mantoan (2006), ela diz que apesar das resistências, está crescendo a adesão, tanto das escolas, professores, pais, a incluir alunos com deficiências.

A superação de algumas professoras desta escola, diante de todas as adversidades que implicam em sua prática pedagógica, é que ajuda a aumentar a estatística citada anteriormente por Mantoan (2006).

São vários os fatores que implicam na prática pedagógica dessas professoras, e algumas merecem ser mencionadas e discutidas.

A fala da professora P3 é muito importante e merece uma apreciação dentro deste trabalho. Quando a professora evidencia o descaso da família sabe-se que isso é notório, existe mesmo essa falta de atenção familiar em algumas famílias diante das deficiências apresentadas por um filho, alguns

pensam que cabe a escola suprir as necessidades do aluno com necessidades especiais não somente na aprendizagem, como também na afetividade, não querendo dizer que a afetividade não é possível no meio escolar, pelo contrário, é a demonstração de afetividade que proporcionará ao aluno com necessidades educacionais especiais o acolhimento, a aceitação, o respeito e o carinho, os quais são fatores importantes e, trarão bons resultados. Óbvio que a relação entre a criança com a família, desde a afetividade a todos os cuidados que ela precisa, fará com que os laços se fortaleçam e a criança se tornará forte diante das situações. Essa relação é fator importante para a escola, o papel da família no desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais Kelman (2010).

Dessa forma, entende-se que a professora P3 ressaltou sobre o apoio familiar dentro de suas experiências com o aluno incluso de sua sala, pois sente o peso da sua responsabilidade, e, segundo a professora a criança demonstra muita insegurança e dependência.

Cabe ressaltar que a família é mesmo fator importante no apoio da aprendizagem do aluno em toda vida escolar, e esse fator independe se o aluno tem necessidades especiais ou não. Dessa forma a escola (professora, coordenação, direção, equipe de apoio a aprendizagem, sala de recursos), se interage no sentido de redirecionar as atividades com esse aluno de baixa auto-estima, pode-se incluir também a família em atividades de modo que sutilmente desperte-a para a sua importância na vida escolar do aluno com necessidades educacionais especiais.

A participação da família na vida escolar será sempre fundamental dentro do processo de aprendizagem. Perguntou-se às professoras entrevistadas como é a participação da família dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola. As respostas foram quase unânimes pois consideram parcialmente satisfatória a participação da família. Parte então desse princípio a real necessidade da escola envolver a família nos projetos para que assim haja maior aproximação da família com a escola no mesmo objetivo de benefício ao aluno.

Adequar as situações às práticas pedagógicas são estratégias necessárias para promover a qualidade no ensino e na aprendizagem, não como regra aplicada somente ao professor, mas toda equipe escolar.

Verifica-se que o planejamento não é estático, e não é somente responsabilidade do professor, a escola deve ter a responsabilidade e o conhecimento conceitual da inclusão em toda sua dimensão. Prieto (2006) define que esse conhecimento, planejamento e responsabilidade vão além dos muros da escola, fazem parte de um programa onde fica claro que é princípio ético-político, tanto o papel da educação especial como o local de atendimento desse aluno, isso nos leva a refletir que a prática pedagógica do professor por si só não é garantia do sucesso, depende também de muitos fatores que antecedem seu trabalho, sendo que o produto final se materializa nas mãos do professor.

O professor diante de uma turma com alunos com necessidades educacionais especiais, embasado teoricamente, tem o pleno conhecimento que sua prática pedagógica vai refletir no todo e essa depende também desse todo. Ele vai criar meios mais concretos para desenvolver sua prática, partindo do diagnóstico inicial, das observações, do desempenho de cada um e assim, a partir dessa observação ele será capaz de analisar as diferentes necessidades dos alunos para o processo de aprendizagem e retroalimentar seu planejamento como afirma Prieto (2006).

Madeira-Coelho (2010) também sugere algumas estratégias que facilitam a prática pedagógica nesse contexto de educação inclusiva, de maneira que se abram espaços para todos se adequarem ao programa, tendo como foco o desenvolvimento do aluno.

Considerando que a eficácia da educação especial não é responsabilidade somente do professor, como já foi dito, perguntamos às professoras sobre o apoio da equipe gestora do estabelecimento de ensino em relação aos trabalhos com os alunos especiais.

Foi feita a seguinte pergunta:

“E a equipe gestora, como você percebe a interação, a participação a tomada de decisão, e quais são as expectativas de aprendizagem em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais?”

Elas responderam:

P1

“Vejo que a equipe busca resolver os problemas e atender a maioria das necessidades especiais dos alunos, contudo esbarram na burocracia”;

P2

Suficiente. São participativos quando procurados.

P3

“Só percebo indiretamente e com reuniões onde há troca de informações”.

P4

“Muito boa”.

P5

“Sempre há uma interação entre o grupo gestor e os docentes para tomadas de decisões referentes aos alunos”.

O trabalho coletivo é essencial dentro das instituições educacionais. De acordo com as respostas das professoras existe trabalho em equipe, há uma interação entre gestores e professores desta escola. O planejamento da instituição inserido no projeto político pedagógico no qual se delimita um plano de ação onde se planeja um eixo norteador das ações, ou seja, os projetos são temáticos para cada bimestre, dentro do tema central escolhido para ser trabalhado ao longo do ano letivo. O gestor participa de todos os projetos, é consultado como também dar ideias, se precisa de adequações para o trabalho com os alunos especiais e a diretora é solicitada, ela toma as decisões

possíveis para melhor atender o trabalho do professor visando o desempenho do aluno. Como citou a professora P2: “Suficiente. São participativos quando procurados”.

Rosa Blanco (2004) deixa muito claro que a ação conjunta dentro da escola é a possibilidade para o ensino de qualidade. Nota-se que a responsabilidade de uma prática pedagógica eficaz é permeada também por vários fatores internos que facilitam tal prática, pois ela vem do todo para as partes.

Além do envolvimento da direção da escola com o processo de ensino e aprendizagem na educação especial, há outros colaboradores desse processo que vale mencioná-los neste trabalho. São os professores que trabalham na sala de recursos, orientadores educacionais e equipe de apoio à aprendizagem. Sobre esse apoio pedagógico dentro da educação inclusiva foi feita a seguinte pergunta às professoras:

“O apoio pedagógico (sala de recursos, apoio à aprendizagem e orientação educacional) oferecido pela escola contempla as necessidades educacionais especiais dos alunos?”

P1

“Em parte, nós precisaríamos de profissionais mais especializados como psicólogo”.

P2

“O apoio pedagógico é insuficiente devido à grande demanda de alunos em relação à quantidade de pessoal especializado”.

P3

“Sim, mas a meu ver não é o suficiente, poderia ser melhor”.

P4

“Sim”.

P5

“Ainda não, necessitamos de uma sala de recurso e também de apoio psicopedagógico”.

O processo educacional de modo geral precisa de equipes especializadas para apoiar o trabalho do professor em sala de aula comum, como também em sala de aula especial, além do supervisor e coordenador pedagógico. Pressupõe que a escola para receber alunos com necessidades educacionais especiais deve ter recursos materiais e profissionais especializados para assim, propor ao aluno o conhecimento sem discriminação.

A Declaração de Salamanca (1994) deixa claro que a escola inclusiva deve prover assistência adicional, isto quer dizer que é o apoio dentro das diferentes necessidades dos alunos especiais. As respostas das professoras acentuam como dificuldade o apoio de profissionais especializados como psicopedagogo, psicólogo e equipamentos para subsidiarem a prática do professor. Essa providência se encaixa na fala de Prieto (2006), a qual diz que deve haver organização administrativa e pedagógica. Requer uma atitude das políticas públicas para atender esta demanda e administrativamente devolver às escolas os subsídios necessários para as práticas de atendimento ao aluno incluso.

O apoio externo explicitado na Declaração de Salamanca (1994), como professor-consultor psicólogos escolares, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais é necessário, e são esses apoios que as professoras desta escola precisam para que seus alunos sintam segurança, acolhimento e adquiram progresso dentro de suas limitações, como resultado positivo da prática pedagógica.

Considerando fatores interno, as adaptações curriculares fazem parte do processo para assegurar ao aluno com necessidades educacionais especiais suporte à aprendizagem de forma individual conforme sua necessidade. Rosa

Blanco (2004) diz que esses ajustes individuais dependem da necessidade de qualquer aluno, em determinado momento de sua vida escola, portanto, é um documento que atende as dificuldades de aprendizagens dos alunos, e ainda, segundo a autora as adaptações curriculares podem ser em caráter especial ou extraordinário.

A formalização da adaptação curricular acontece individualmente e consideram diferentes aspectos que são observados para sua elaboração e de acordo com orientação do documento Orientação Pedagógicas – Educação Especial (2010) *apud* “Saberes e Práticas da Inclusão”, (MEC/SEESP, 2003, p. 79), o qual explicita as intensidades das necessidades de cada um que podem ser: intermitente, limitada, extensiva e pervasivo. Todas essas intensidades apresentam singularidades tais como transitoriedade, tempo determinado, sem limite de tempo e longa duração, envolvem equipes e ambientes adequados para o atendimento, recursos materiais e instrumentos.

Para que aconteça o atendimento em todas as etapas necessárias ao aluno, a escola deve estar calcada em princípio ético-político e ter a definição do seu papel e ambiente com capacidade para receber e atender às necessidades individuais do aluno. Prieto (2006).

Para saber as opiniões das professoras sobre as adaptações curriculares foi feita a pergunta:

“Sabe-se que existem as adaptações curriculares para promover o desempenho e desenvolvimento do aluno na aprendizagem. O que você pensa a respeito da adaptação curricular como meio de suporte do ensino?”

As respostas foram às seguintes:

P1

“Sinceramente percebo que a adaptação curricular não acontece efetivamente, pois ela é feita no decorrer do ano letivo e não no início como

deveria, e muitas vezes a equipe não acompanha somente aparece para colher resultados”.

P2

“Além de necessária para o trabalho do professor, a adaptação curricular é um direito do aluno”.

P3

“Excelente e deve continuar”.

P4

“É importante, mas é necessário que seja efetivamente”.

P5

“Necessário para atender as peculiaridades do aluno especial”.

A adaptação curricular propõe adaptações do currículo de ensino básico para melhor atender ao aluno com necessidades educacionais especiais dentro das diversidades de cada um, como diz a Resolução n. 02/2001. Do Conselho Nacional de Educação. As flexibilizações nas metodologias de ensino e os recursos didáticos diferenciados, servem como apoio ao desenvolvimento do aluno.

Tendo em vista as respostas das professoras, percebe-se que cada uma respondeu com palavras diferentes, porém, todas as respostas são semelhantes na idéia principal - as adaptações curriculares dão suporte à aprendizagem dos alunos que necessitam, e subsidiam o trabalho do professor. A resposta da professora P4 é perspicaz quando ela diz que a adaptação curricular “é importante, mas é necessária que seja efetiva”, a professora percebe falhas nesse documento, existe uma distância da teoria para a prática na aplicabilidade. Torna-se contraditório, quando tem em seus autos a ação intencional de proporcionar benefício ao aluno que dele necessita.

A LDB (94) assegura a proposta para razoabilidade de construção de recursos capazes de melhorar a prática pedagógica, adaptando currículos, métodos, técnicas e organizar especificamente formas de melhor atender às necessidades dos alunos. Para a eficácia desse documento como pensa a professora é necessário que haja o envolvimento de toda comunidade escolar diante das particularidades de cada um, naquilo que não depende somente da prática pedagógica da professora.

Para entender um pouco mais como acontece o trabalho da escola em relação às adaptações curriculares foi feita mais uma pergunta às professoras entrevistadas:

“Você percebe a necessidade de modificação na adaptação curricular para melhor atender ao desenvolvimento do aluno com necessidade educacional especial?”

Segundo as professoras:

P1

“Não”.

P2

“Todos da equipe deveriam conhecer o aluno previamente, e sejam considerados vários pontos de vistas em relação às limitações e habilidades do aluno, não somente a visão do professor e dos pais”.

P3

“Está melhorando a cada ano”.

P4

“Se acontecer efetivamente a adequação curricular, não vejo necessidade de modificações”.

P5

“As modificações são necessárias conforme a necessidade do aluno, mas que a adaptação curricular seja realmente aplicada, e não somente um registro no papel”.

Segundo as professoras não há necessidade de modificações nas adaptações curriculares, entende-se que a necessidade é o envolvimento de todos, para que o documento não exista somente no papel, e que a possibilidade de modificação deve ser de acordo com as exigências e particularidades do aluno.

Todos imbuídos de suas responsabilidades refletindo no desenvolvimento humano da criança diante das suas necessidades educacionais especiais, de modo a não dissociar o currículo da pedagogia criativa que proporciona ao aluno o benefício da interação com os demais colegas que estão à frente no desenvolvimento, conforme Madeira-Coelho (2010). Ter a adaptação curricular como uma intervenção favorável ao crescimento escolar do aluno com necessidade educacional especial é uma forma de aceitação das diversidades, é reconhecer a capacidade de cada um e entender que a aprendizagem acontece de formas e em momentos diferentes. Não desvinculando dos objetivos e expectativas de aprendizagens propostos no currículo de ensino para a educação básica, mas propondo os recursos necessários que favoreçam as aprendizagens segundo Rosa Blanco (2004).

O avanço na educação especial tem apresentado indícios de relações interpessoais e interesses comuns à comunidade escolar. Conforme Marchesi, (2004) houve uma transformação cultural educacional, uma mudança de comportamento, valorização da igualdade entre todos e respeito às diferenças. Nesse sentido de valorização da igualdade e respeito às diferenças, as professoras dessa escola demonstram que a igualdade e aceitação das diferenças são fatores que conduzem de forma positiva a interação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Foi feita a pergunta:

“Que aspectos positivos em relação à inclusão merecem ser destacados na sua escola?”

P1

“No aspecto da igualdade, nós temos uma grande aceitação das diferenças”.

P2

“A construção de rampas e barras, disponibilização de banheiro especial”.

P3

“O que antes não existia, agora existe, como banheiros e rampas”.

P4

(Não respondeu)

P5

“O respeito dos alunos “normais” com os alunos com necessidades especiais, e também a disponibilidade da coordenação e dos professores para atender assuntos relacionados aos alunos”.

É importante valorizar a igualdade e respeitar as diferenças, sem caracterizar as particularidades do aluno. Para melhor entendimento desse processo dentro da escola Mantoan (2006) diz que “é preciso estar atento, pois combinar igualdade e diferença no processo escolar é andar no fio da navalha”. Pode-se cair no erro, e evidenciar a particularidade do aluno e segregá-lo. Coelho (2010) também ressalta sobre essa pedagogia especial, de criar mecanismos às pessoas com desenvolvimento atípico num jogo de normalidade diante das anormalidades. Cabe esclarecer que a aceitação e o respeito às diferenças, não pressupõem a homogeneização das diferenças, mas saber conduzi-las de forma não excluí-las, deve, portanto ter o cuidado de valorizar a igualdade e respeitar às diferenças e ter como foco o que diz

Mantoan (2006) “reconhecer a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada”. Sem generalizar o modo de aprender, mas respeitar as diversas formas de aprendizagens. O trabalho de conscientização e o respeito às diferenças nessa escola tem ganhado efeitos positivos entre a comunidade escolar, como também o esforço da direção da escola em encontrar meios para melhorar o espaço físico, e proporcionar aos alunos com necessidades educacionais especiais condições de integração com os demais.

Incluir o aluno com necessidades educacionais especiais em escolas comuns é andar para frente no processo real para a educação especial, e é esse o principal objetivo, incluir todos os alunos com necessidades especiais em salas de aula comuns sem discriminação, mas o atendimento deve ser oferecido dentro do ensino regular como diz Mantoan (2006).

E assim, todos indistintamente, são envolvidos no processo educacional para que aconteça o sentido da educação, a formação social e intelectual do aluno sem restrição, tendo a escola a priori no desenvolvimento humano e assegure ao aluno o que prever a Constituição Brasileira a educação como um direito de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos a que se propôs esta pesquisa, os resultados encontrados servem de orientação para redirecionar o trabalho docente, numa perspectiva de novas posturas com estratégias que proporcionem mudanças e melhoria das práticas de acordo com cada situação de aprendizagem. Constatou-se que as professoras que atuam nessa escola entendem o conceito de educação inclusiva: aquela que acolhe e respeita os limites de cada um e oferece oportunidade de aprendizagem de maneira diversificada. Como também, propiciar ambiente favorável, professores capacitados e recursos disponíveis como suporte à aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O estudo teórico dentro das discussões abordadas nessa pesquisa foi desenvolvido por categorias, para assim chegar à compreensão da realidade vivida pelas professoras entrevistadas, e quais os suportes educacionais oferecidos pela instituição de ensino fundamentada nas políticas públicas para a educação especial.

Apesar das dificuldades apresentadas pelas professoras o ensino e a aprendizagem têm tido progressos na escola, a percepção dos direitos e necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais fez com que as professoras se apoiassem nos trabalhos educativos, para garantir a inclusão e a permanência dos alunos. As professoras têm buscado o conhecimento teórico para se adequarem as necessidades específicas dos alunos, e assim fortalecer sua prática pedagógica.

A escola valoriza a participação da família como contribuição para o desenvolvimento intelectual do aluno com necessidade educacional especial propõe atividades de forma que o aluno sinta-se acolhido e confortável dentro do ambiente escolar, e os demais colegas percebam que diferente é ser diferente, e assim respeitar e valorizar as diferenças.

O planejamento das atividades é correlacionado com o currículo de ensino e adaptados dentro das diversidades e modos de aprendizagens, de forma que os conteúdos sejam significativos para os alunos. Mesmo com a precariedade dos recursos materiais a escola apresenta boa vontade em buscar meios que possam facilitar a prática do professor e favorecer a aprendizagem do aluno com necessidade educacional especial.

Mesmo com enfrentamento das dificuldades das professoras dessa escola e a resistência de outros professores para atuarem em sala de aula inclusiva, a escola tem contribuído para a formação do desenvolvimento humano do aluno incluso, dando ênfase ao crescimento individual de acordo com o ritmo de aprendizagem.

Como sugestão para tornar a prática educativa inclusiva como uma conquista e direito de todos que dela necessita, recomendam-se atitudes simples, mas que podem tornar grandes e positivas na vida escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, tais como: incentivo financeiro aos professores e formação continuada com pólos próximos à escola, apoio especializados, palestras e atividades voltadas a toda comunidade escolar, informações aos pais sobre estimulação precoce para as crianças com necessidades especiais, para fazerem uso desse serviço o quanto antes, redução real das turmas inclusivas.

As professoras entrevistadas nesse trabalho, apesar de não ter havido a gravação das falas ao vivo, porém a conversa com cada uma delas ficou muito claro a seriedade e a dedicação que realizam o trabalho, e assim contribuem de maneira desafiadora os entraves da educação especial, na efetivação de suas práticas de ensino, vêm ganhando espaço e reconhecimento do trabalho diante das diversidades na busca pela igualdade e qualidade dos conhecimentos e desenvolvimento pessoal dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Que este trabalho sirva de incentivo àqueles professores que resistem à inclusão, e inspirem-se nessa equipe de professoras corajosas e amantes de

sua prática, e que essas jamais desistam, mas continuem em seus objetivos de valorização e promover o desenvolvimento humano dos seus alunos inclusos, e que esses se percebam capazes na sociedade em que vivem, e convivam com dignidade dispensada ao ser humano.

REFERÊNCIAS

BLANCO, Rosa. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro 1988. Brasília: disponível em < <http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 27 de maio 2010.

BRASIL, Lei de diretrizes e bases da educação nacional. (Lei 9.394/96). Brasília: Centro Gráfico, 1996.

Declaração de Salamanca – 1994 – Sobre Princípios, Políticas e Práticas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 de jan de 2011.

KELMAN, C. A. – Sociedade Educação e Cultura. In: MACIEL, D. A., BARBATO, S. Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. Brasília: UnB/UAB, 2010.

MACIEL, A. D., RAPOSO M. B. T. , Metodologia e Construção do Conhecimento: Contribuições para o estudo da inclusão. In: MACIEL, D. A., BARBATO, S. Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. Brasília: UnB/UAB, 2010.

MADEIRA-COELHO, C. M. Inclusão escolar. In: MACIEL, D. A., BARBATO, S. Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. Brasília: UnB/UAB, 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Todas as crianças são bem-vindas à escola. (artigo). Disponível em: < <http://www.abmp.org.br/textos/308.htm> (2000)>. Acesso em: 12 de nov. de 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos. Summus Editorial, São Paulo, 2006.

MARCHESI, Álvaro. A Prática das Escolas Inclusivas In: Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação/Gerência de Ensino Especial. Orientação Pedagógica: Educação Especial. Brasília: GDF/SEEDF/GEE, 2010.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos. Summus Editorial, São Paulo, 2006.

Resolução CNE/CEB n. 02 de 11 de setembro 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEBO201.pdf>>. Acesso em: 12 de nov. de 2010.

ANEXOS

Entrevista

Professora solicito sua *colaboração* para responder a esta entrevista que pretende contribuir na compreensão do trabalho pedagógico, relacionado ao desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais. Sua identidade será preservada.

1- Sexo:

Feminino ()

Masculino ()

2- Idade:

Menos de 20 ()

De 20 a 26 ()

De 27 a 35 ()

Mais de 35 ()

3- Escolaridade:

Ensino Médio ()

Superior ()

Especialização ()

Doutorado ()

4- Números de escolas em que você trabalha:

1 ()

2 ()

Mais de 2 ()

5- Tempo de docência:

Menos de 1 ano ()

De 1 a 5 anos ()

De 6 a 10 anos ()

De 11 a 15 anos ()

De 16 a 25 ()

mais de 31 anos ()

6- Jornada de trabalho:

20 horas ()

40 horas ()

60 horas ()

Mais de 60

horas ()

7- Na sua formação inicial você recebeu alguma preparação para atuar com ANEE? _____

8- Há quanto tempo trabalha com alunos com necessidades educacionais especiais _____

9-Atualmente quais as necessidades educacionais especiais apresentadas pelos alunos que você atende?

10- Que tipo de necessidade educacional especial você atende?

11-O que você entende por escola inclusiva?

12-Esta escola dá apoio Pedagógico que atende as necessidades educacionais especiais dos alunos?

13-Você acha que as escolas estão preparadas para a inclusão? Por quê?

14-Você se considera preparado para a inclusão? Por quê?

15-Você recebe algum tipo de apoio da escola na inclusão de ANEE em sala de aula? Em caso positivo, qual? _____

16-E quanto à afetividade, como você ver a aceitação, o envolvimento dos outros alunos ditos normais, diante dos alunos inclusos?

17-Qual a maior dificuldade que você encontra para desenvolver o trabalho em sala de aula inclusiva?

18-Sabe-se que existem as adaptações curriculares para promover o desempenho e desenvolvimento do aluno na aprendizagem. O que você pensa a respeito da adaptação curricular como suporte do ensino?

19-Você percebe a necessidade de modificações no documento (adaptação curricular), para melhor atender o desenvolvimento do aluno com necessidade educacional especial? Apresente alguma sugestão.

20-Você se sente preparado para atuar nessa classe? E o que tem feito para sanar as dificuldades que vão surgindo?

21-Descreva algumas sugestões que considera necessária dentro do sistema educacional, para dar suporte ao trabalho docente.

22-Relate uma experiência sua diante de algo inusitado em sala de aula, em relação ao ensino/aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais.

23-O que você pensa da organização desta instituição de ensino em relação ao trabalho docente nas salas inclusivas?

24-E a equipe gestora, como você percebe a interação, participação, tomada de decisão e as expectativas de aprendizagens diante das necessidades especiais dos alunos?

25-Diante do processo de mudança no âmbito escolar, este necessita de estratégias que atendam às diversidades dos alunos, pois os modelos de aprendizagens são variados, e os docentes e gestores que ainda não se capacitaram para essa inserção e mudança e organização das salas de aulas, precisam seguir os parâmetros estabelecidos pelo sistema dentro dos moldes e realidade pré-existentes.

A partir dessa perspectiva, descreva em linhas gerais o seu ponto de vista em relação à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns. _____

26-Que aspectos positivos com relação à inclusão merecem ser destacados na sua escola? _____

27- Como é a participação (na escola) da família dos ANEE's?

28-Em sua opinião, quais atitudes o professor deve ter diante da Educação Inclusiva? _____



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre A Inclusão nas séries iniciais. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa Entrevista, para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone 61-92851294. ou no endereço eletrônico marineidefreitas@bol.com.br. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Marineide Martins de Oliveira Freitas

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB).....UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____



A(o) Diretor(a)

Escola....

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: Coleta de Dados para Monografia

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (polos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilandia), Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Informo que foi autorizado pela Secretaria de Educação por meio do ofício nº. DEM datado de 28/10/2010, a realização das coletas de dados para as pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Informações a respeito dessa autorização podem ser verificadas junto a Secretaria de Educação por meio dos telefones nº.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Marineide Martins de Oliveira Freitas sob orientação de Esmeralda Figueira Queiroz cujo tema é: A Inclusão nas séries iniciais possa ser desenvolvida na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) ou por meio dos e-mails:

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel
Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento
Humano, Educação e Inclusão Escolar